



Antes da sessão da Subcomissão do Menor, as crianças fizeram festa com bonecos e faixas em frente ao Congresso

# Menor vai aos constituintes

Fala do abandono, que Ulysses se compromete a combater



Henrique Sabóia  
**Sabóia não admite pasta da Defesa**

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, disse ontem, depois de participar da cerimônia de posse do novo secretário-geral da Marinha, que "não vê uma vantagem na criação do Ministério da Defesa. Para o ministro, é preciso que se fortaleça o poder civil, a democracia, e que isso não vá ser feito através do enfraquecimento do poder militar.

O ministro Sabóia acha, também, que a necessidade de integração operativa das Forças Armadas nada tem a ver com a criação de um Ministério da Defesa já que o Estado-Maior das Forças Armadas cumpre perfeitamente este papel. Para ele, a criação de um novo ministério acarretaria, fatalmente, aumento de despesas e que a tradição brasileira não é de fundir ministérios e sim desmembrá-los.

Hoje, continuou o almirante, os ministros de Estado são homens de confiança do Presidente e a ele devem lealdade. Com a criação de um único órgão que controlaria as três forças, os comandantes destas não teriam nenhum compromisso político com seu chefe supremo.

## Cavalcante defende nova Federação

A necessidade de "redesenhar" a federação brasileira, descentralizando recursos e poderes e procedendo a uma redivisão territorial, foi defendida ontem pelo ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcante, em audiência pública da Subcomissão dos Estados, na Constituinte. O ministro é favorável também à eliminação "das competências concorrentes" da União, Estados e Municípios, em especial nas áreas de educação e saúde, argumentando que elas são fator de "dispersão de recursos".

Ele informou aos constituintes que o Minter está estudando as propostas existentes sobre a criação de novos estados, mas que cabe aos responsáveis pela redação da nova Carta decidir sobre esta questão. Mostrou, porém, que não partilha do entusiasmo de algumas áreas para a imediata alteração do mapa do Brasil. Defende que a Constituinte trace normas gerais, estabeleça "critérios definitivos, permanentes", para os desmembramentos. Entre os possíveis critérios, mencionou o número de eleitores, a população, a extensão territorial e a capacidade de gerar receitas.

Cavalcante acredita que a descentralização poderá ser uma forma eficaz para o engajamento da máquina administrativa, na medida em que forçar a União a abrir mão dos organismos executores de determinados programas.

Após receber das mãos de um menino de rua uma placa de asfalto — simbolizando o local de moradia dos menores abandonados — com reivindicações a serem atendidas pela Constituinte, o presidente Ulysses Guimarães comprometeu-se a fazer o possível para solucionar o problema do menor abandonado no País, mas salientou que, "sendo a miséria a causa de todos os problemas brasileiros, uma distribuição de renda mais equânime será um passo definitivo no sentido de se resolver este problema". Ele recebeu o documento na sessão pública da subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, ontem pela manhã.

Também participaram da sessão a Funabem, a LBA (Legião Brasileira de Assistência), as Aldeias SOS e o Movimento Meninos e Meninas de Rua, mas o momento mais importante foi proporcionado pela participação da Embaixada da Paz e da Pastoral do Menor de Caxias, grupos alternativos de atendimento ao menor que apresentaram o documento ao presidente da Constituinte.

Cercada por dezenas de crianças, a porta-voz da Embaixada da Paz, Bárbara Stela, fez um pronunciamento marcante na presença de Ulysses Guimarães: "Nesse pedaço de rua, estão impressos os desejos das crianças que sobrevivem nas calçadas, esquinas, praças, becos e galerias. Sobrevivem a uma guerra covarde, onde estão sendo usadas as piores armas — os mísseis da fome e da doença, as granadas da violência física e moral e a

bomba atômica do crime das drogas. A Embaixada da Paz vem em missão diplomática sugerir que se assinem nessa Constituição um tratado perpétuo de Paz entre o Brasil e suas crianças".

Mais comovente foi o depoimento do menino André Luis de Jesus, de 12 anos. Encarando os constituintes, falou com naturalidade: "Se vocês quiserem, se tiverem coração mole, façam o que pede a placa, para ajudar o menor, que eles estão precisando. As crianças também têm direito de trabalhar. Não é só vocês, que têm dinheiro e sabem fazer as coisas, que têm esse direito. A criança também tem direito de saber as coisas, de trabalhar e ser alguém".

As reivindicações contidas na placa foram elaboradas pelas próprias crianças, num taraballo de três meses, com informações colhidas na rodoviária do Rio de Janeiro, em Copacabana e em Caxias. A linguagem tem a simplicidade da criança: "Queremos que nossos pais ganhem mais dinheiro; queremos ter casa grande pra gente correr, dormir e brincar; queremos que nossos pais parem de beber, de brigar e bater na gente; queremos ter sempre roupa e sapato, queremos estudar, passear e viajar; gostaríamos de ter dinheiro; não queremos roubar; não queremos ser presos nem apanhar da polícia; queremos trabalhar e ser alguém".

Solicitado pelas crianças, Ulysses Guimarães deu a sua resposta às reivindicações: "Vocês falaram em paz com as crianças. De fato, este é o grande desafio que temos pela frente. Que o País possa impor a todos os lares condições mínimas de sobrevivência para estas crianças". Depois, afirmou que a placa entregue por André Luiz terá um lugar de destaque na sua casa. "Como um compromisso que assumo, na medida das minhas forças, pela solução deste problema. Depois, não digam que fizemos tudo, porque isto seria demagogia, mas que fizemos muito, que fizemos o possível".

O depoimento do padre Bruno Sechl, do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, foi reforçado pela participação de alguns menores. No início do seu pronunciamento, ele lembrou que o conceito de menino de rua precisa ficar bem claro: "Para nós, menino de rua é o filho do trabalhador que não tem condições dignas de sobrevivência. A rua é o espaço que soa para estes meninos, porque todo o resto lhes foi negado. Então, este problema não se resolve através de políticas compensatórias, mas de uma política de base, que implique em garantias de trabalho, alimentação, transporte, saúde e educação".

Bastante à vontade, o menino Orlando, de 14 anos, falou de problemas aparentemente relacionados com adultos, mas que certamente dizem respeito aos menores de rua: "Em Goiânia, a gente invade os lotes e apanha da polícia, é humilhado. Mas não tem jeito, se a gente paga aluguel, não tem o que comer".



Passarinho e Gabeira sorriem juntos mas discordam sobre mandato de Sarney

# Gabeira garante que povo quer diretas já

"Vocês podem discutir aqui com muita calma e nós estaremos na porta do Congresso cantando o Hino Nacional e gritando direta já", declarou o jornalista e escritor Fernando Gabeira, representando o Partido Verde, aos integrantes da Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. Ele sugeriu aos parlamentares que ficassem atentos para a grande vontade popular do País, e disse que o presidente Sarney, além de não ter sido eleito pelo povo, é "incapaz".

Falando do presidente Sarney de maneira abstrata, esquecendo-se de que ele não foi eleito e que estamos no princípio de uma campanha pelas diretas. O povo não vê solução nesse Governo, e o Governo é fraco, é quase um retrato na parede. O que precisamos agora é saber o que fazer até as diretas, pensar numa solução de emergência para este ano, acrescentou.

Embora Gabeira já tivesse abordado o assunto em sua exposição à subcomissão, a questão só foi discutida pelos demais participantes da audiência pública quando o deputado Aírton Cordeiro (PDT-PR) propôs diretas em 1º de junho de 1988. Pelo PMDB, representando o presidente Ulysses Guimarães (SP), o senador Mauro Benevides (CE), declarou que há uma concordância plena do partido quanto à realização de diretas, mas uma "multiplicidade de datas". Já o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), defendeu seis anos para Sarney, e disse que a duração do mandato foi ratificada duas vezes na Nova República; com a aprovação da emenda que restabeleceu as eleições diretas para presidente, e com a rejeição ao texto inicial sobre a soberania da Assembleia, que permitia alterações ao mandato. O presidente do PTB, Paiva Muniz, disse que o partido é a favor das diretas.

Durante o debate, um momento de grande descontração foi provocado por Benevides. Respondendo a uma pergunta do deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) sobre coligações, o senador disse que em geral elas se exaurem no próprio ato eleitoral, mas citou uma exceção: a Aliança Democrática, formada pelo PMDB e pelo PFL, responsável pela eleição do presidente Sarney "que filiou-se ao PMDB e até hoje está admiravelmente identificado com o partido". Benevides não só provocou uma risada geral na plateia, como não conteve, também, seu próprio riso.

O primeiro a falar à subcomissão foi Passarinho, que criticou o excesso de interferência da Justiça Eleitoral na vida dos partidos, a dupla militância partidária e a exigência de domicílio eleitoral. Ele defendeu a necessidade de partidos sólidos e de caráter nacional, e sugeriu uma revisão nas normas sobre filiação partidária, a fim de que não seja exigido prazo de filiação para candidatos e a elaboração de uma legislação "que garanta que os partidos não sejam objeto de auxílios espúrios".

Em sua opinião, as propriedades privadas que excederem a esse limite, que será diferente para cada região, deverão ser desapropriadas pelo Estado, através de indenização pagas em títulos da dívida agrária. Para o presidente da Contag, a proposta dos trabalhadores rurais prevê ainda o mecanismo da perda sumária para os imóveis não produtivos. Nesses casos, os proprietários não teriam direito a qualquer tipo de pagamento. As propriedades desapropriadas seriam imediatamente, cadastradas para serem distribuídas aos colonos.

Falando para um auditório lotado de colonos, sendo que a maioria dos constituintes presentes pertencia aos partidos mais progressistas, como PT, PC do B e PCB, o presidente da Contag, José Francisco da Silva, encaminhou à mesa da subcomissão o Plano Nacional de Reforma Agrária proposto pela Campanha Nacional de Reforma Agrária. Nesse plano, subscrito pelas várias entidades representativas dos movimentos dos trabalhadores rurais, estão previstos também a criação de um Fundo Nacional de Reforma Agrária, com dotação orçamentária de no mínimo 5 por cento da receita estimada no orçamento da União e a reorientação da atual política de incentivos fiscais. De acordo com a proposta apresentada pela Contag, os incentivos fiscais ficarão restritos aos pequenos e médios proprietários para o financiamento de lavouras de alimentos básicos.

No entender do presidente da Contag, o País tem que fazer a sua opção. "Temos que pensar para dentro. A atual estrutura agrícola brasileira é completamente voltada para culturas de exportação". O presidente da Contag denunciou ainda que aqueles que não querem a reforma agrária no Brasil, citando a UDR (União Democrática Rural), têm respaldo no Congresso. Para José Francisco da Silva, os latifundiários querem confundir reforma agrária com colonização, na tentativa de impor aos colonos sem terra que se fixem com suas famílias em terras longínquas dos grandes centros urbanos, dificultando a comercialização da produção.



José Francisco

## Contag quer limitação de propriedades

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, defendeu ontem perante a Subcomissão da Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, a limitação ao máximo de 60 módulos rurais a extensão das propriedades privadas como base de sustentação para o programa de reforma agrária no País.

Em sua opinião, as propriedades privadas que excederem a esse limite, que será diferente para cada região, deverão ser desapropriadas pelo Estado, através de indenização pagas em títulos da dívida agrária. Para o presidente da Contag, a proposta dos trabalhadores rurais prevê ainda o mecanismo da perda sumária para os imóveis não produtivos. Nesses casos, os proprietários não teriam direito a qualquer tipo de pagamento. As propriedades desapropriadas seriam imediatamente, cadastradas para serem distribuídas aos colonos.

Falando para um auditório lotado de colonos, sendo que a maioria dos constituintes presentes pertencia aos partidos mais progressistas, como PT, PC do B e PCB, o presidente da Contag, José Francisco da Silva, encaminhou à mesa da subcomissão o Plano Nacional de Reforma Agrária proposto pela Campanha Nacional de Reforma Agrária. Nesse plano, subscrito pelas várias entidades representativas dos movimentos dos trabalhadores rurais, estão previstos também a criação de um Fundo Nacional de Reforma Agrária, com dotação orçamentária de no mínimo 5 por cento da receita estimada no orçamento da União e a reorientação da atual política de incentivos fiscais. De acordo com a proposta apresentada pela Contag, os incentivos fiscais ficarão restritos aos pequenos e médios proprietários para o financiamento de lavouras de alimentos básicos.

No entender do presidente da Contag, o País tem que fazer a sua opção. "Temos que pensar para dentro. A atual estrutura agrícola brasileira é completamente voltada para culturas de exportação". O presidente da Contag denunciou ainda que aqueles que não querem a reforma agrária no Brasil, citando a UDR (União Democrática Rural), têm respaldo no Congresso. Para José Francisco da Silva, os latifundiários querem confundir reforma agrária com colonização, na tentativa de impor aos colonos sem terra que se fixem com suas famílias em terras longínquas dos grandes centros urbanos, dificultando a comercialização da produção.

# Economista pede medidas contra quem especulou

O economista Carlos Eduardo Carvalho levantou ontem, na Subcomissão do Sistema Financeiro da Constituinte, a polêmica ideia de moratória da dívida pública interna, para impedir que a recompra de títulos do Governo pelo Banco Central signifique "honrar os lucros obtidos por quem especulou largamente com os ganhos fáceis da ciranda financeira". Argumentos como este, alegou, fundamentaram a decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa de curto prazo.

Uma das dificuldades da moratória interna, que o próprio Carvalho se encarregou de indicar, é que, legalmente, os papéis públicos ficariam em mãos dos clientes dos bancos, que arcaria como os prejuízos. A hipótese, raciocinou, é absurda, pois "poderia levar à pura e simples quebra de generalizada do setor produtivo".

Outra possibilidade é a de o Governo obrigar os bancos a recomprar os títulos do público, o qual receberia o dinheiro de volta mas limparia os saldos em conta-corrente, deixando as instituições bancárias descobertas junto ao Banco Central. "Restaria ao Banco Central a alternativa de recomprar ou assumir a inadimplência dos bancos,

ou seja, voltar à estaca zero ou estatizar o sistema, hipótese que não se coloca".

A saída, especulou o economista, é "desvalorizar a dívida acumulada e alongar o seu prazo de vencimento". Assim, é possível atingir o objetivo de "aliviar o peso da dívida sobre as finanças públicas, liberando recursos para que o Estado possa redefinir seu papel de indutor do crescimento e atender às necessidades sociais".

## CONTROLE

Antes de discutir a moratória, Carlos Eduardo Carvalho propôs que o Governo exerça "controle rigoroso" sobre os recursos a disposição das instituições privadas, ao lado da intensificação da atuação dos bancos oficiais, em especial o Banco do Brasil, a fim de regular os níveis das taxas de juros e das linhas de crédito.

O professor da PUC criticou, ainda, a tese de independência do Banco Central em relação ao Poder Executivo, segundo o modelo do Federal Reserve norte-americano, mas recomendou a definição de limites claros ao BC. "de forma que sua atividade possa ser facilmente controlada e avaliada pelos poderes públicos e pela sociedade civil organizada".

# Bancos oficiais e privados em debate

O presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil — ANABB, José Flávio Ventre Bercott, defendeu perante a Subcomissão do Sistema Financeiro da Constituinte, o fortalecimento do Banco do Brasil como instrumento eficaz de controle das taxas de juros e de descentralização do desenvolvimento econômico e social do País. Bercott propôs ainda que a regulamentação do sistema financeiro, na nova ordem constitucional, impeça a oligopolização do setor e que o Banco Central abandone definitivamente as atividades de fomento, por serem conflitantes com as de autoridade monetária que a instituição deveria exercer com exclusividade, reforçando, por outro lado, sua capacidade fiscalizadora.

Sem a intervenção do estado na área financeira, "a tendência à concentração de renda é extremamente reforçada" — disse Bercott.

Ao participar de debate na Subcomissão do Sistema Financeiro com o presidente do BNDES, Márcio Fortes, o ex-presidente da Federação Nacional dos Bancos, Theófilo de Azevedo Santos, o representante dos funcionários do Banco do Brasil contestou com veemência as críticas à inefi-

ciência da instituição, lembrando que o banco mantém agências deficitárias nas fronteiras e nas regiões mais pobres do País. "Das nossas agências, 35% funcionam nas regiões Norte e Nordeste, onde se concentram apenas 13% da renda nacional. O Cruzado só circula na Amazônia graças ao Banco do Brasil. E, ainda assim, apresentamos lucro", enfatizou.

## DISCUSSÕES

Theófilo Azevedo Santos discutiu com representantes do PDT na Subcomissão, ao observar que "ideologia não baixa a taxa de juros", relatando ter previsto as altas taxas operacionais do Banerj, durante o governo Brizola. Luis Salomão (PDT-RJ) e Brândão Monteiro (PDT-RJ) reagiram às insinuações.

Já o presidente do BNDES, Márcio Fortes, defendeu a existência de instituições financeiras oficiais como o Banco do Brasil e o BNDES, para financiar investimentos de longo prazo e alto risco, desde que de interesse da sociedade, ao lado das instituições privadas. Para Fortes, não tem sentido as entidades oficiais de crédito competirem com a área privada, nos grandes centros.

# Estatização dos bancos é impraticável

Não há possibilidades reais para a estatização dos bancos, quer por questões políticas, quer por questões financeiras, mas a Subcomissão do Sistema Financeiro já está estudando propostas concretas para controle do sistema de forma a permitir maior fiscalização por parte do Congresso e de entidades representativas da sociedade.

Algumas dessas propostas foram formuladas ontem pelo economista e técnico do Banco Central, Hélio César Bontempo, pelo economista Carlos Eduardo Carvalho e pelo professor João do Carmo Oliveira, convidados para o debate de ontem, à audiência pública da Subcomissão do Sistema Financeiro.

Os três debatedores concordaram com a criação de mecanismos de controle para o sistema, principalmente por parte do Legislativo que, hoje, tem poucos poderes para interferir, até mesmo, na fiscalização do orçamento da União, que é de sua competência.

# Economista quer criar o vice-ministro

Transformar os atuais secretários-gerais em vice-ministros, com poderes reforçados para colaborar com o ministro na coordenação geral das atividades do Ministério, com ênfase na parte de planejamento, orçamento e controle de empresas estatais. Esta é uma das receitas de reforma administrativa que o economista Nilson Holanda apresentou ontem à Constituinte.

Ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil, cearense, Holanda surgiu segunda-feira com um dos nomes cotados para a secretaria-geral do Ministério da Fazenda, que deve ser ocupada interinamente pelo economista Yoshiaki Nakano.

## AGENDA

### CONSTITUINTE HOJE

Termina o prazo para apresentação de sugestões às subcomissões temáticas, de acordo com o Regimento Interno da Assembleia.

**Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira** — o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, presta depoimento, iniciando a sua prometida cruzada cívica pelo País (10h).

**Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso** — Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB (9h30).

**Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos** — Maria Eliseth de Souza, diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araruna e coordenadora do Movimento de Mulheres Rurais do Brejo Paraibano.

**Subcomissão da Questão Urbana e Transportes** — Painel e debates com associações de inquilinos, comunitárias, de favelados e dos usuários de transportes de todo o País (9h).

**Subcomissão de Municípios** — Dêlie Guerra de Macedo, superintendente da Sufrema (9h30).